

CRITÉRIOS E INDICADORES PARA AÇÕES EM GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL NA EDUCAÇÃO

Alexandre Martins Joca

O artigo nos apresenta um processo de identificação de ações exitosas realizadas no Brasil sobre gênero e diversidade sexual. A ênfase do texto está na reflexão sobre os procedimentos metodológicos de identificação das categoriais centrais, da elaboração de instrumentos e dos percursos pedagógicos empreendidos na tarefa de identificar o êxito de experiências nessa temática. Além das etapas do trabalho, o texto registra os critérios e indicadores sistematizados em suas dimensões qualitativas e quantitativas, como também o olhar antropológico empreendido. Entre outras questões, destaca a importância dos aspectos intrínsecos e extrínsecos às instituições executoras; as articulações entre Estado, Sociedade Civil e instituições educacionais (IES e escolas) e a necessidade de intensificar e aprimorar os mecanismos de socialização das experiências exitosas em gênero e diversidade sexual.

Palavras-chave: gênero, diversidade sexual, critérios e indicadores

Introdução

Este artigo é fruto de uma reflexão sobre um processo de identificação de experiências exitosas em Direitos Humanos voltadas à promoção e acesso e permanência de LGBT na escola¹. Quero aqui, depois de três anos desse feito, sintetizar e analisar o percurso metodológico que empreendi na tarefa de identificar os critérios e indicadores que subsidiariam esse processo. Para isso, resalto a priori, que esse texto toma como referência principal o trabalho mencionado, eximindo-se da tarefa de expor a avaliação de tais experiências. Vou ater-me ao processo metodológico de reflexão e elaboração de procedimentos, instrumentos e percursos pedagógicos empreendidos. Assim, registro uma, entre outras tantas possibilidades de identificar o êxito em ações e experiências em gênero e diversidade sexual. Para isso, relato as duas primeiras etapas do trabalho, em suas dimensões estruturais e pedagógicas. A primeira consiste na realização de um panorama inicial sobre as problematizações em torno das questões de gênero e diversidade sexual e evasão e repetência

¹ Refiro-me a um dos produtos realizados no âmbito da consultoria ao Ministério da Educação (MEC), via Projeto OEI/BR – 10/001. Produto solicitado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), através da Coordenação Geral de Direitos Humanos (CGDH), no intuito de formular subsídios para o aperfeiçoamento de políticas educacionais em e para direitos humanos voltadas à promoção da cidadania e dos direitos humanos da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) no ambiente escolar.

escolar, necessárias para uma tarefa de identificação de experiências nesse campo. A segunda sobre a dinâmica teórico/metodológica de elaboração de critérios e indicadores que orientariam o processo de identificação e avaliação das experiências.

1. Etapa I: Levantamentos e estruturação de dados

Essa etapa inicial consistiu na obtenção de dados e informações que possibilitassem a construção de uma base conceitual e metodológica, teórico-prática, acerca de procedimentos, campos de atuação e temáticas que fossem importantes para a identificação das experiências exitosas. Estava diante do desafio de fazer, em âmbito nacional, um levantamento de experiências consideradas exitosas no campo das ações da EDH que articulassem o acesso e a permanência de LGBT na escola às questões de enfrentamento à evasão e à repetência escolar.

Entendi que essa tarefa exigia a realização de um panorama em torno das problematizações do acesso e permanência de LGBT na escola. Uma questão inicial me inquietava: *quais dados afirmam veementemente que LGBT apresentam dificuldades de acesso, êxito e permanência escolar?* Tal questionamento evidenciou a pertinência de realizar um levantamento teórico a partir de dados e resultados de alguns estudos e pesquisas (qualitativas e quantitativas) sobre a temática.

Após levantamento de dados, leitura e síntese de alguns estudos e pesquisas sobre as problematizações que permeiam o campo educacional e as temáticas relacionadas a gênero e diversidade sexual, constatei que tanto pesquisas de amplitude local quanto nacional, de natureza qualitativa ou quantitativa, evidenciavam um quadro dramático de como o ambiente escolar tem visto e tratado os saberes sobre a diversidade sexual e os sujeitos LGBT. Dados que não apresentarei nesse ensaio.

O intuito inicial era saber, estatisticamente, se LGBT evadem do ambiente da escola e/ou estão fadados, realmente, ao fracasso escolar. Baseado no levantamento teórico, já realizado, podia afirmar que o preconceito e discriminação no ambiente escolar dirigido a população LGBT é um indicador importante, mas não é capaz de apontar dados precisos de evasão ou repetência com recorte para a orientação sexual. Nenhuma pesquisa ou estudo apresentava estatística capaz de comprovar tal afirmativa, mas apenas de apontar indícios,

indicadores de exclusão e fracasso escolar de LGBT. Penso que a primeira dificuldade talvez seja a identificação dos sujeitos LGBT na escola, uma vez que a orientação sexual ou a identidade de gênero, com exceção de travestis e transexuais, não é algo passível de identificar sem uma auto-afirmação.

Frente a estas questões e para solucionar o problema de falta de estatística, optei por identificar experiências em EDH que têm como intuito contribuir para o acesso e a permanência de LGBT na escola, ou melhor, que atuam no sentido de enfrentar o alarmante cenário de rejeição à LGBT no ambiente escolar.

Esse panorama demandava ainda uma terceira questão: as propostas já elaboradas no âmbito das políticas educacionais sobre essa temática. Era evidente que para identificar ações em EDH sobre gênero e diversidade sexual era preciso também, se apropriar das propostas de políticas já elaboradas de enfrentamento à homofobia na escola. Nesse campo, optei por restringir-me às propostas - diretrizes – elaboradas durante a Conferência Nacional de Educação – CONAE, por ser o mais recente espaço de reflexões sobre as questões aqui discutidas e pela representação e participação democrática de profissionais da educação e representantes da sociedade civil de todo o país. O documento propõe ações em 05 campos de atuação da educação: formação Docente (inicial e/ou continuada); ambiente Escolar: relações interpessoais e ensino-aprendizagem; produção de Conhecimento (Pesquisas, publicações, grupos de estudo, etc.); inserção das Temáticas no Currículo Educacional e materiais educativos.

Feito um panorama contextual da temática, os passos seguintes corresponderam à elaboração de um processo metodológico de trabalho de campo voltado à identificação de experiências de EDH em gênero e diversidade sexual, consideradas exitosas.

2. Etapa II: O Percurso Metodológico

Utilizei como percurso metodológico a seguinte sequência: a elaboração de critérios e indicadores; a construção de instrumento de análise; a identificação das experiências e, em seguida, o contato direto com os sujeitos envolvidos. Aqui, o processo de identificação deparou-se com a necessidade de estabelecer objetivamente o que seria considerado “êxito” nesse campo. Dava assim início a uma nova etapa do processo: o percurso metodológico que

contou com a criação de uma série de ações - que chamo de rede de articulação - no intuito de subsidiar a elaboração de critérios e indicadores em EDH sobre gênero e diversidade sexual na escola.

2.1 Critérios e Indicadores em Gênero e Diversidade Sexual

Elaborar critérios e indicadores exige a sistematização de dados e informações que possibilite a construção de uma base conceitual e metodológica, teórico-prática, acerca de procedimentos, campos de atuação e temáticas importantes para a identificação das experiências exitosas. O questionamento sobre quais critérios e indicadores utilizar como referência para identificar uma experiência enquanto “boa” ou “exitosa” nesse campo foi o ponto de partida dessa segunda etapa. Por entender a importância de construir critérios e indicadores a partir de uma discussão/reflexão coletiva, compartilhada com outros sujeitos, criei uma rede de interlocução por meio de procedimentos de sondagem como “levantamento”, “questionários” e discussão em grupo (que chamo de reuniões de trabalho) junto a especialistas e/ou profissionais brasileiros que trabalhavam com a temática.

a. Uma rede de Interlocução sobre EDH, gênero e diversidade sexual

A primeira ação de interlocução ocorreu no Encontro “Encontro Fazendo Gênero 9 – Diásporas, Diversidades, Deslocamentos”, realizado no período de 23 a 26 de agosto de 2010 em Florianópolis/SC. Optei por construir um pequeno levantamento, em formato de questionário, contendo apenas 03 (três) questões abertas, dissertativas, e priorizei, no evento, aplicá-lo nos espaços específicos das temáticas relacionadas à educação de LGBT: nas reuniões do Projeto Gênero e Diversidade na Escola (GDE)²; nas reuniões com interlocutores em EDH dos estados brasileiros e durante os Simpósios Temáticos “*Educação Sexual nas Escolas: Um debate sobre experiências, inovações, preconceitos, desafios, dificuldades, facilidades e avanços*” e “*Trajetórias e experiências em gênero e diversidade na escola*”.

As questões consistiam na identificação de o que seria (para o(a)s respondentes) uma experiência exitosa de Educação em Direitos Humanos que garanta o direito à educação para

² O GDE é o curso de formação continuada de educadores/as em Gênero e Diversidade Sexual integrado ao Programa Rede de Educação para a Diversidade, realizado pela SECAD/MEC e implementado por Universidades que fazem parte do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB).

LGBT; em elencar as principais sugestões para uma escola que pretenda desenvolver ações em direitos humanos voltadas ao acesso e permanência de LGBT na escola; e descrever critérios e indicadores que possam orientar a identificação de experiências exitosas de Educação em Direitos Humanos voltadas ao acesso e permanência de LGBT na escola.

Para aprofundar as questões obtidas nessa sondagem inicial realizei uma reunião de trabalho com especialistas – gestore(a)s, pesquisadore(a)s e ativistas em direitos humanos voltados à temática das sexualidades e orientação sexual. Para isso, foram convidados representante de instituições com atuação em ações voltadas ao acesso e permanência de LGBT na escola.

Em seguida, outra reunião com consultores/as da então SECAD³ teve como objetivo a escolha de documentos que contribuíssem para a definição de critérios e indicadores de Educação em Direitos Humanos. O Programa Mundial de Direitos Humanos (PMDH) e o Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH) foram considerados os documentos de referência para identificação de experiências exitosas em Direitos Humanos.

b. Os Critérios e os Indicadores

Considerando a possibilidade de identificar experiências exitosas que atuam em campos diversificados da educação, defini, a partir dos levantamentos e debates realizados, os campos considerados centrais na abordagem e/ou inserção da sexualidade nas práticas educativas. Sejam: (1) Organização Programática e Metodológica da Experiência; (2) Ambiente Escolar: Espaços escolares e relações inter-pessoais e de ensino/aprendizagem; (3) Formação continuada de profissionais da educação; (4) Produção de conhecimento (Pesquisas, publicações, grupos de estudo etc.); e (5) Currículo e Institucionalização de Políticas Públicas em Orientação sexual.

Após a definição desses campos foi possível a construção de critérios e indicadores que norteariam a elaboração de um questionário/levantamento a ser respondido pelo(a)s coordenadore(a)s das experiências. Vale lembrar que apenas os critérios e indicadores do campo “Organização Programática e metodológica da Experiência” seriam aplicados a todas as experiências, enquanto os demais seriam considerados de acordo com o campo de ação de cada experiência. Sejam:

³ Hoje, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI).

Campo 01: Organização Programática e metodológica da Experiência

Critério: 1.1. Elaboração/programação e sistematização da experiência.

Indicadores: Identificação da temática “orientação sexual” no cotidiano escolar; definição objetiva dos problemas a serem enfrentados; Definição objetiva de metodologias a serem utilizadas; Definição objetiva do público alvo do projeto; Definição objetiva do/s campo/s de atuação a ser/em trabalhado/s; Definição objetiva de critérios e indicadores de avaliação da experiência; Utilização de instrumentos de elaboração e fundamentação das ações da experiência; Construção de instrumentos de avaliação da experiência; Definição de prioridades de campos de atuação.

Critério 1.2. Participação da comunidade escolar nas atividades da experiência

Indicadores: Envolvimento da comunidade escolar em todas as etapas da experiência; Estratégias de diálogo com os segmentos da comunidade escolar.

Critério 1.3. Coerência das atividades da experiência com as demandas locais (por etapas: identificação de problemas, diagnóstico, execução e avaliação das ações)

Indicadores: Existência de Levantamento de demandas na temática junto à comunidade escolar; Ações propostas a partir da identificação de demandas específicas; Participação da comunidade escolar no processo de definição de temáticas, metodologias e público alvo; Adequação das ações aos imprevistos durante sua execução; Realização de avaliação contínua.

Critério 1.4. Transversalidade e Interdisciplinaridade (Área de Atuação da experiência e suas relações com os demais saberes escolares)

Indicadores: Atuação em campos (áreas do saber) diversificados da educação; Perspectiva metodológica interdisciplinar e transversal de abordagem da temática; Utilização de metodologias e recursos pedagógicos diversificados e participativos; Discussão da temática articulada com conteúdos disciplinares; Identificação das dificuldades dos/as profissionais

para a abordagem transversal e interdisciplinar; A instituição define estratégias de superação das dificuldades dos/as profissionais para a abordagem transversal e interdisciplinar.

Critério 1.5. Diálogo da escola com demais Instituições Educacionais: Parcerias

Indicadores: Constituição de parceiros/as externos; Extensão das parcerias a outros projetos; Participação de instituições e/ou instâncias educacionais parceiras nas atividades; Aprimoramento ou ampliação de parcerias.

Campo da Atuação 02: Ambiente Escolar: Espaços escolares e relações interpessoais e de ensino-aprendizagem

Critério 2.1. Clima escolar de respeito entre colegas e profissionais (relações entre pares e não-pares)

Indicadores: Existência de instrumento que avalia a convivência na escola com recorte para a orientação sexual; Profissionais com habilidade de avaliação da sociabilidade de LGBT na escola identificando avanços e dificuldades; Profissionais com habilidade de avaliar as implicações da sexualidade para a aprendizagem e permanência de LGBT na escola; Profissionais com habilidade de identificar alteração de atitudes (de professores/as e alunos/as) em relação à sociabilidade (convivência) com os/as LGBT na escola; Participação ativa de LGBT em atividades extra-classe (culturais, esportivas, etc.); Definição de estratégias para incentivo da participação de LGBT em atividades extra-classe; Instrumento de acompanhamento dos índices de evasão dos/as estudantes com a orientação sexual identificada.

Critério 2.2. Identificação e problematização da violência homofóbica na comunidade escolar

Indicadores: Existência de diagnóstico sobre violências decorrentes da homofobia nas relações não-pares e entre pares; Socialização de diagnóstico sobre homofobia com a comunidade escolar; Diagnóstico utilizado como instrumento de estudo e discussões em sala de aula e atividades extra-sala; Existência de registros oficiais dos casos de homofobia

ocorridos nos espaços da escola; Existência de estratégias e instrumentos eficazes para a identificação e registro de homofobia na escola.

Critério 2.3. Procedimentos de Enfrentamento de conflitos

Indicadores: Existência de espaços coletivos de discussões sobre as manifestações de homofobia na escola e em demais espaços da educação; Adoção de procedimento, de enfrentamento de conflitos, que promovam a reflexão e mudança de atitudes dos envolvidos e demais sujeitos da comunidade escolar.

Critério 2.4. Processo democrático com participação da comunidade escolar

Indicadores: Os/As estudantes da classe/escola envolvidos ativamente nas atividades; Os/As professores/as da escola envolvidos ativamente nas atividades; Os/As funcionários/as da escola envolvidos/as ativamente nas atividades; Atividades conduzidas por pais e/ou estudantes; Boa receptividade dos/as participantes; Espaço para os/as participantes fazerem proposições e questionamentos; Atividades avaliadas pelos participantes.

Campo da Atuação 03: Formação Inicial e/ou Continuada de Profissionais da Educação

Critério 3.1. Formação dos/as profissionais em gênero e orientação sexual.

Indicadores: Existência de pelo menos 01 profissional por turno com alguma formação inicial ou continuada em gênero e orientação sexual; Profissionais seguros para realizar abordagens sobre orientação sexual; Profissionais com alguma formação na temática com participação ativa no projeto; Realização de atividade voltada à formação dos/as profissionais em gênero e orientação sexual.

Critério 3.2. Participação de profissionais em atividades sobre gênero e orientação sexual.

Indicadores: Quantidade significativa de profissionais envolvidos ativamente nas atividades; Existência de estratégias (procedimentos) de enfrentamento às resistências em participar das

atividades; Planos de aula contendo a inclusão das questões de gênero e orientação sexual; Avaliação que demonstre a contribuição da experiência para a formação continuada dos/as profissionais.

Critério 3.3. Avaliação da formação

Indicadores: Processo participativo na elaboração da formação profissional; Temáticas da formação convergentes com as demandas dos/as profissionais e da instituição; Utilização de metodologias que explore experiências e saberes dos/as profissionais participantes; Utilização de técnicas projetivas como vídeos, filmes, músicas, explorando as temáticas a partir da ficção; Utilização de procedimentos pedagógicos participativos e dialógicos na formação; Facilitadores/as habilitados/as e preparados para a formação dos/as profissionais em orientação sexual; Participação de instituições parceiras durante a formação; Avaliação satisfatória do impacto da formação para prática profissional dos/as docentes; Disponibilidade de tempo específico dentro da carga horária dos/as profissionais para a formação em gênero e orientação sexual; Formação avaliada satisfatoriamente pelos/as participantes.

Campo da Atuação 04: Produção de Conhecimento (pesquisas, publicações, grupos de pesquisa/estudos etc.)

Critério 4.1. Pesquisas e conhecimentos sobre homossexualidade e homofobia e sua interface com a educação

Indicadores: Realização de pesquisa sobre homossexualidade e homofobia pela instituição; Realização de pesquisa sobre homossexualidade e homofobia pelos/as estudantes; Utilização de Instrumentos e procedimentos fidedigno de pesquisa; Sistematização e socialização das pesquisas realizadas.

Critério 4.2. Aquisição de materiais educativos sobre orientação sexual

Indicadores: Aquisição de material educativo sobre orientação sexual; Registro de utilização, por profissionais e estudantes, dos materiais adquiridos sobre a temática.

Critério 4.3. Produção de materiais educativos sobre orientação sexual

Indicadores: 4.3.1. Produção algum material sobre a temática pela instituição; Produção algum material sobre a temática pelos/as estudantes; Produção de materiais específicos por segmentos da comunidade escolar.

Critério 4.4. Democratização dos conhecimentos adquiridos e produzidos

Indicadores: Materiais educativos sobre orientação sexual e homofobia disponibilizados para profissionais e estudantes; Socialização, junto à comunidade escolar, de materiais produzidos pela escola.

Campo da Atuação 05: Currículo e Institucionalização de Políticas Públicas

Critério 5.1. Inserção da temática no Projeto Político Pedagógico e/ou no organograma da instituição

Indicadores: Inserção das temáticas relacionadas à orientação sexual no Projeto Político Pedagógico da Escola; Inserção das temáticas de orientação sexual nos setores já existentes no organograma da instituição; Criação de setores específicos para atuação em gênero e orientação sexual no organograma da instituição; Criação de espaços de produção de conhecimento: grupo de trabalho/estudo, observatório, fórum, núcleo, coordenadoria.

Critério 5.2. Inclusão da temática no calendário escolar

(atividades em sala de aula e extra-sala: feiras culturais, feiras de ciência, festas e datas comemorativas, etc.).

Indicadores: Inclusão, no calendário escolar, de datas relativas à visibilidade das temáticas LGBT, como o Dia Nacional de Enfrentamento à Homofobia (17 de maio), o Dia Mundial da Consciência Homossexual (28 de junho), o Dia Nacional da Visibilidade Lésbica (29 de agosto), o Dia Nacional da Visibilidade Trans (29 de janeiro) etc.

Critério 5.3. Inclusão da sexualidade nos processos/espços de elaboração de planos de aulas e de formação continuada de educadores/as

Indicadores: Adoção da perspectiva transversal e interdisciplinar na abordagem das temáticas relacionadas à orientação sexual em salas de aulas por professores/as; Adoção da perspectiva transversal e interdisciplinar na abordagem das temáticas relacionadas à orientação sexual nas formações continuadas de professores/as.

Critério 5.4. Continuidade das ações

Indicadores: Inserção da temática nas práticas educativas contínuas da escola (aula e atividades extra-classe); Planejamento de outras experiências nessa temática; Avaliação crítica da experiência realizada.

4. Algumas Considerações

Quanto aos aspectos extrínsecos, considero as políticas públicas educacionais, nacional e local, os contextos socioculturais relacionados à temática da orientação sexual e às possibilidades e desafios enfrentados por educadore(a)s, pesquisadore(a)s e gestore(a)s que realizam ações educativas nesse campo. Por esse motivo, priorizei os estratos do diário de bordo que nos revelam fatores socioculturais que retroalimentam iniciativas de experiências em EDH sobre gênero, diversidade sexual.

No campo das instituições e práticas educacionais, três espaços e suas respectivas instituições são pertinentes ao avaliarmos tais experiências: 1. as políticas públicas educacionais, tendo como instituições os espaços governamentais de elaboração e implementação de políticas educacionais (MEC, SECADI e SEDUC's); 2. as políticas de controle social representada pela sociedade civil organizada (o movimento social); 3. os espaços de implementação/efetivação das ações educativas (escolas e IES).

Considerando que os processos de ensino e aprendizagem estão relacionados a um sistema educacional com estruturas organizativas e estruturais e esses espaços representam os setores que, se articulados e interligados – Estado e Sociedade Civil -, podem propiciar experiências exitosas de maneira geral.

Os aspectos intrínsecos versam sobre os sujeitos envolvidos, as características das instituições (que as potencializa para a efetivação das ações) e as capacidades de driblar os obstáculos e superá-los. Sobre esses aspectos, não me deterei nesse ensaio. Quero a partir

daqui destacar aspectos positivos das experiências, mesmo sem aprofundamentos específicos.

Essa experiência me possibilitou visualizar o quanto as temáticas de gênero, identidade de gênero e orientação sexual ainda permanecem à margem das práticas educativas escolares brasileiras, entre outros motivos, em virtude da persistência de obstáculos sociopolíticos e culturais em torno da homossexualidade. Contudo, considero importante e necessário intensificar/aprimorar os mecanismos de socialização das experiências exitosas de EDH em acesso e permanência de LGBT à escola, de modo que se constituam enquanto instrumento de estímulos e pontos de partida para a realização de outras possibilidades de práticas educativas que visem a garantia do direito à educação a LGBT.

7. Referências Bibliográficas

JOCA, Alexandre Martins. **Diversidade Sexual na escola: um “problema” posto à mesa.** Dissertação de Mestrado, UFC, 2008;

_____. Educação Escolarizada e Diversidade Sexual: problema, conflitos e expectativas. In: **Desatando Nós: fundamentos para a práxis educativa sobre gênero e diversidade sexual.** / Adriano Henrique Caetano Costa, Alexandre Martins Joca, Luís Palhano Loiola (organizadores) – Fortaleza: Edições UFC, 2009.

LOIOLA, Luís Palhano. **Diversidade Sexual: perspectivas educacionais.** Fortaleza: Edições UFC, 2006.